

POLÍTICAS NEOLIBERAIS: O QUE ISSO TEM A VER COM A BNCC?

Rafaela do Nascimento de Souza¹
Viviane Corrêa Santos²

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo olha para a educação a partir das reformas educacionais pensadas no decorrer deste movimento político-filosófico, caracterizado por contrapor-se aos anseios de bem-estar social da classe trabalhadora, com adjacência do Estado nas tomadas de decisão econômica e social no território, assim o mercado assumido a função de autorregulador dos processos. Como o “objetivo é exatamente restringir/reduzir/eliminar os direitos sociais dos trabalhadores e as conquistas das camadas populares, em alguma medida preservadas na primeira ofensiva neoliberal” (RIZZOTTO, 2017, p. 676).

Este movimento de reforma da educação expressa a mudança como um fenômeno que, uma vez adotado “de cima”, é transmitido via gestão para todos os níveis dos sistemas de ensino, até chegar no chão da escola, isto é, no educador e nos educandos, “um movimento que tem sido chamado de top-down – de cima para baixo” (FREITAS, 2018, p. 38). O processo da reforma educacional com a criação de políticas neoliberais ganhou as várias denominações, dentre elas segundo Sahlberg (2011, p. 177-1779) a expressão o Movimento Global da Reforma Educacional³.

Nesse contexto, a necessidade de analisar até que ponto há influência das políticas neoliberais na elaboração da Base Nacional Comum Curricular-BNCC. Como a BNCC está incluída nesse pacote das reformas liberais. O foco é justamente tensionar o debate, e não o esgotar. Tendo em vista, a importância dessa política curricular para todos os processos que permeiam a educação brasileira.

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGG, Universidade do Estado do Pará-UEPA, Belém/PA e rafaeladonascimento@uepa.br.

²Doutoranda do Programa de Pós - Graduação em Geografia da UFPA, Universidade do Estado do Pará-UEPA, Belém, viviane.santos@uepa.br.

³ Global Educational Reform Movement (GERM), “surgiu desde 1980 e tem sido cada vez mais adotado como ortodoxia de reforma educacional em muitos sistemas educacionais em todo o mundo, inclusive nos EUA, Inglaterra, Austrália e alguns países em uma transição. Surpreendentemente, o GERM é promovido pelos interesses de agências internacionais de desenvolvimento e empresas privadas por meio de suas intervenções em reformas estruturais e de formulação de políticas” (SAHLBERG, 2012).

METODOLOGIA

O designer desta investigação seguiu o caminho pela abordagem qualitativa que foi realizada as seguintes etapas: levantamento bibliográfica dos fios teóricos em torno da Reforma educacional, Política neoliberal e Base Nacional Comum Curricular (BNCC); levantamento documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos principais marcos regulatórios e legislação educacional para a educação brasileira.

Inicialmente com levantamento bibliográfica como suporte para a construção da revisão da literatura especializada no tema aqui enfatizado. Nessa etapa, buscamos, em autores que problematizam as categorias abordadas na pesquisa, o suporte necessário ao seu desenvolvimento. Em seguida, realizou o levantamento documental, que foram examinados a partir do prisma do objeto e questionamento da pesquisa, sendo na BNCC analisado a influência no seu processo de elaboração, esta presente no contexto de reformas neoliberais pensadas para a educação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A expansão do neoliberalismo na educação brasileira e no mundo afora em um cenário de globalização rentista e tecnológica, permitiu criar “escala de operação” fazendo do ser e fazer educação mais atrativos aos interesses neoliberais, “à atuação de indústrias e prestadores de serviço dos países centrais, que podem ampliar sua operação também na periferia do sistema – reproduzindo o ciclo de colonização científica, cultural e tecnológica” e usando a educação como ferramenta dominante (FREITAS, 2018, p. 39). o motor está localizado na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴ e em órgãos de financiamento internacional (BIRD e Banco Mundial).

Os reformadores projetam a implementação de reformas educacionais para garantir a dominação sobre as competências e habilidades básicas para o desenvolvimento econômico, em suas atividades técnicas imbuídas dentro da lógica de subordinação dos sujeitos ao capital. Dentro em visão que o objetivo dessa reforma é a “retirada da educação do âmbito do “direito social” e sua inserção como “serviço” no interior do livre

⁴ “A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) constitui foro composto por 35 países, dedicado à promoção de padrões convergentes em vários temas, como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais. Suas reuniões e debates permitem troca de experiências e coordenação de políticas em áreas diversas da atuação governamental. O MEC mantém parceria com a OCDE para a promoção de políticas públicas voltadas à melhoria da educação” (BRASIL, 2022).

mercado, coerentemente com sua concepção de sociedade e de Estado” (FREITAS, 2018, p. 42).

Esse movimento interventor adquiriu destaque com o início da década de 1990, sendo impulsionador da criação dos sistemas nacionais de avaliação de desempenho, este último oficializado no Brasil em 1994 pelo governo de Itamar Franco através da Portaria MEC nº 1.795, de 27 de dezembro de 1994, as reformas curriculares, as novas formas de gestão dos sistemas de ensino com o anseio de exercer o maior controle sobre o sistema educacional, ou seja, controle na formação dos sujeitos. Disso resultou na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o fortalecimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e mais adiante a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (NETO; RODRIGUEZ, 2007; HORTA NETO, 2018, FREITAS, 2018).

Por outro lado, reduziram o investimento público em educação, abrindo espaço para o avanço da iniciativa privada (NETO; RODRIGUEZ, 2007). Com a justificativa que o Estado é visto como mau gestor, e há a necessidade de gerenciamento do mercado/capital, inclusive o capital estrangeiro.

Mau gerenciamento apresentado a partir da diagnose descrita no relatório do Banco Mundial (BM) em 2017, do qual caracterizaram a educação brasileira como cara e ineficiente. O documento critica o valor gasto das receitas tributárias municipais em educação, cerca de 25%. Segundo o Banco Mundial, isto contribui para que os municípios com maior arrecadação tributária "aumentem os gastos por aluno de forma mais acelerada. Esse gasto adicional nem sempre se traduz em maior aprendizado"(BANCO MUNDIAL, 2017, p. 121).

Com base nesse argumento proferido pelo BM, embasado mediante ao relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)⁵, este vinculado ao departamento de educação da OCDE, através de um sistema composto de avaliação padronizada, com base em três áreas - Leitura, Matemática e Ciências – sendo variada a ênfase de cada uma delas conforme a edição. Avaliação realizada com alunos na faixa etária de 15 anos, por presumir que está idade refere-se ao término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países (BRASIL, INEP, 2022).

O Brasil participa desde da sua primeira edição, em 2000, o número de países e economias participantes tem aumentado a cada ciclo. Em 2018, 79 países participaram do Pisa, sendo 37 deles membros da OCDE e 42 países/economias parceiras. A Pisa 2022

⁵ *Programme for International Student Assessment.*

– Como reflexo das dificuldades enfrentadas em virtude da pandemia de COVID-19, os países-membros e associados da OCDE decidiram adiar a avaliação do Pisa 2021 para 2022 e do Pisa 2024 para 2025. O Pisa 2022 já se encontra em preparação e o domínio principal da edição será matemática (INEP, 2022).

Tendo em vista que o PISA trabalha com a comparação entre os países de diferentes níveis de desenvolvimento. Países com distintas variações demográficas, socioeconômicas e educacionais, como é o caso do Brasil, com suas multiplicidades, suas heterogeneidades presentes no vasto território. Os organismos internacionais construtores e impulsionadores das políticas neoliberais estão forjados na ordem do capital ajustado à mundialização financeira. As políticas de educação elaboradas e implantadas nesse contexto são funcionais a essa nova ordem, dentre elas a da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC surge nesse no movimentar da busca por “referências nacionais curriculares”, configurando-se em uma política de educação neoliberal, materializando-se como política normativa, visto que, esse documento apresenta implicações para a formação dos sujeitos em espaços escolares, submetendo a formação do aluno aos interesses do mercado de trabalho precarizado. Tinha razão Polanyi (1980), essa nova ordem capitalista controverte o Estado e o coloca a serviço dos empreendedores capitalistas, que criam e mantêm as condições de submissão da sociedade ao mercado. É o Neoliberalismo, que gerou um novo sistema social em que os excluídos são incorporados (de modo contraditório) e assumem papel preponderante no funcionamento desse metabolismo social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho dia 20 de dezembro de 2017. Em 22 de dezembro de 2017 o CNE apresenta a Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Já dia 06 de março de 2018, educadores do Brasil inteiro se debruçaram sobre a Base Nacional Comum Curricular, com foco na parte homologada do documento, correspondente às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com o objetivo de compreender sua implementação e impactos na educação básica brasileira.

O Ministério da Educação entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio em 02 de abril de 2018. A partir daí o CNE iniciou um processo de audiências públicas para debatê-la.

No dia 5 de abril institui-se o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular ProBNCC, com a meta de apoiar as secretarias estaduais e municipais de Educação e a Secretaria de Educação do Distrito Federal no processo de revisão, elaboração e implementação dos currículos alinhados à BNCC (BRASIL, 2022).

Considerando a BNCC (BRASIL, 2018) como uma política que altera a organização dos currículos nas escolas e nas universidades nos cursos de formação de professores, das intencionalidades da educação, gestão da prática educativa nas escolas, política de avaliação, financiamento educacional, dentre outros campos em disputa, convém aprofundar os estudos acerca do tema, destacando o objetivo real e final da BNCC (BRASIL, 2018), é a subtração da educação como direito, e seu serviço ao mercado, ao projeto de sociedade do capital hegemônico.

Nessa direção, a construção e implementação da base vale-se da utilização de “sistemas curriculares pré-empacotados, adotados como sendo a forma curricular básica, não é exigida virtualmente nenhuma interação por parte do professor. Se praticamente tudo é racionalizado e especificado previamente à execução, então o contato entre os professores a respeito de assuntos curriculares reais é minimizado” (APPLE, 2002, p. 162). Pré-empacotamento prejudicial a diversidade contida no território brasileiro.

CONCLUSÕES

Diante da análise do contexto de elaboração BNCC, é possível observar a influência das políticas neoliberais e seu objetivo no desenvolver das atividades nas escolas, condicionados as prescrições ditadas pelo capital. Assim, o currículo vem se confirmando com mais um território em disputa dentro do projeto de lança mão da educação para servir aos interesses mercadológicos. Com isso, os educandos e educandas pedem seu direito pela diferença e qualidade da educação no panorama das reformas educacionais, abordado neste estudo a BNCC, as implicações a educação brasileira via organismos internacionais (FMI, BM, OCDE, OMC e dentre outros).

Palavras-chave: Neoliberalismo; Reforma educacional; Política curricular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 162.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Banco Mundial. 2017. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480REVISE>

[D-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final revised.pdf](#). Acesso em 19 agosto 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20746-organizacao-para-a-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde> . Acesso em: 19/09/2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HORTA NETO, João Luiz. **Avaliação educacional no Brasil para além dos testes cognitivos**. Rev. educ. PUC-Camp., Campinas, 23(1):37-53, jan./abr., 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes**. [2022]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa> Acesso em 09 agos. 2022.

NETO, Antônio C.; RODRIGUEZ, Jorge. **Reformas educacionais na América Latina: Cenários, proposições e resultados**. In: NETO, Antônio C. et al. (Org.). Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Líber Livro, 2007.p.13-50.

RIZZOTTO, M. L. F. . **Da expropriação do patrimônio público à expropriação dos direitos do trabalho: a nova ofensiva neoliberal**. Saúde em Debate , v. 41, p. 675-678, 2017.

SAHLBERG, Pasi. **O Movimento Global de Reforma Educacional está aqui**. Disponível em <https://pasisahlberg-com.translate.google/global-educational-reform-movement-is-here/? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt-BR& x tr pto=sc>. Acesso em 02 de agosto de 2012.